

**HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 2.387 - US
(2018/0323154-5)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : K M A
REQUERENTE : F A DOS S
ADVOGADOS : CELSO LUIZ SCHNEIDER - RS029513
ANDRESSA BAGATINI RAMOS - RS073400
ISABEL KAYSER PEREIRA - RS088262
RAPHAELA REIS JUNG - RS109912
REQUERIDO : OS MESMOS

DECISÃO

K. M. A. e F. A. dos S. formularam conjuntamente pedido de homologação da sentença estrangeira proferida pelo Tribunal Regional da Décima Sétima Região do Condado de Broward, Flórida, Estados Unidos da América, que dissolveu seu casamento e ratificou o acordo de dissolução matrimonial entre eles celebrado, incorporando-o ao texto do título.

Os requerentes informaram que não têm interesse em estender os efeitos da homologação do título judicial ao acordo por este ratificado (fl. 38).

O Ministério Público Federal não se opôs à homologação (fl. 44).

É o relatório. Decido.

Os documentos necessários à pretensão foram devidamente apresentados. Consta dos autos a sentença estrangeira de divórcio (fls. 26-28), acompanhada de apostila (fls. 24-25) e traduzida por profissional juramentado no Brasil (fls. 30-31), bem como a comprovação do trânsito em julgado (fl. 28).

Os pressupostos indispensáveis ao deferimento do pedido foram, pois, observados (arts. 216-C e 216-D do RISTJ). Ademais, a pretensão não ofende a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e a ordem pública nem os bons costumes (arts. 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e 216-F do RISTJ).

Ante o exposto, **homologo o título judicial estrangeiro de divórcio sem estender os efeitos da homologação ao acordo nele mencionado.**

Expeça-se a carta de sentença.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

